



2021

# O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

# Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.



[www.cepal.org/en/publications](http://www.cepal.org/en/publications)



[www.cepal.org/apps](http://www.cepal.org/apps)

Resumo executivo



2021

# O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

**Alicia Bárcena**  
Secretária Executiva

**Mario Cimoli**  
Secretário Executivo Adjunto

**Raúl García-Buchaca**  
Secretário Executivo Adjunto para Administração e Análise de Programas

**Sally Shaw**  
Oficial Encarregada da Divisão de Documentos e Publicações

O presente relatório *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina de no Caribe* é a edição correspondente a 2021 da série anual publicada pela Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Sua elaboração esteve a cargo de Leandro Cabello, Álvaro Calderón, Mathilde Closset, Filipe da Silva, Marco Dini, Valeria Jordán, Georgina Núñez, Cecilia Plottier, Edwin Fernando Rojas e Nunzia Saporito, sob a coordenação de Giovanni Stumpo. As bases de dados foram elaboradas por Leandro Cabello.

Receberam-se contribuições e comentários de Alicia Bárcena, Mario Cimoli, Hugo Beteta, Martín Abeles, Olga Lucía Acosta, Vianka Aliaga, Dillon Alleyne, Jennifer Alvarado Vargas, Anahí Amar, Martín Cherkasky, Olaf de Groot, Sebastián Herreros, Jorge Mario Martínez, Machel Pantin, Juan Carlos Rivas, Nyasha Skerrette, Joaquín Vargas e Helvia Velloso.

Agradece-se a contribuição das autoridades de governo e dos executivos de empresas consultados para a elaboração do documento.

Quaisquer observações e sugestões sobre o conteúdo deste documento podem ser dirigidas a Giovanni Stumpo ([giovanni.stumpo@cepal.org](mailto:giovanni.stumpo@cepal.org)) e Cecilia Plottier ([maria.plottier@cepal.org](mailto:maria.plottier@cepal.org)).

Os limites e os nomes que figuram nos mapas incluídos neste documento não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

---

Publicação das Nações Unidas  
LC/PUB.2021/9  
Distribuição: G  
Copyright © Nações Unidas, 2021  
Todos os direitos reservados  
Impresso nas Nações Unidas, Santiago  
S.21-00320

#### Notas explicativas

- Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.
- O travessão (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.
- A vírgula (,) é usada para separar os decimais.
- A palavra "dólares" refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.
- A barra (/) colocada entre cifras que expressem anos (por exemplo, 2013/2014) indica informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.
- Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados parciais e as percentagens apresentados nos quadros nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2021. Resumo executivo* (LC/PUB.2021/9), Santiago, 2021.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: [publicaciones.cepal@un.org](mailto:publicaciones.cepal@un.org). Os Estados membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Somente se solicita que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.



# Resumo executivo

---

- A. Panorama do investimento estrangeiro direto na região
- B. O investimento da China num mundo que muda:  
implicações para a região
- C. Estratégias de investimento na era digital

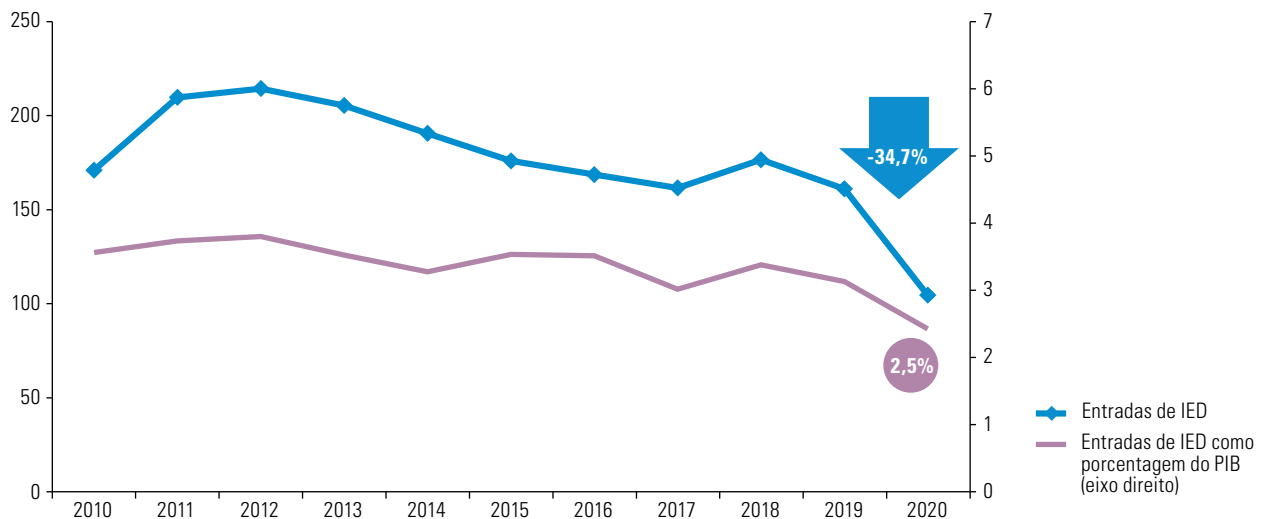


## A. Panorama do investimento estrangeiro direto na região

Em 2020 a pandemia da doença causada pelo coronavírus (COVID-19) teve um forte efeito negativo nos investimentos das empresas transnacionais. Na América Latina e no Caribe entraram 105,48 bilhões de dólares de investimento estrangeiro direto (IED), o que representa 56 bilhões de dólares menos que em 2019. Assim, em 2020 alcançou-se o valor mais baixo da última década e a queda interanual somente é comparável à de 2009, quando as entradas diminuíram 37,1% devido à crise financeira internacional. Além disso, o efeito da pandemia no IED foi maior do que seu impacto no PIB, fazendo com que a participação do IED no PIB fosse somente de 2,5% em 2020, enquanto a média da década de 2010 alcançou 3,5% (veja o gráfico 1).

### Gráfico 1

América Latina e Caribe: entradas de investimento estrangeiro direto (IED), 2010-2020  
(Em bilhões de dólares e porcentagens do PIB)



**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e estimativas oficiais de 27 de julho de 2021.

**Nota:** Informação de acordo com Fundo Monetário Internacional (FMI), *Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional: Sexta Edição (MBP6)*, Washington, D.C., 2009, exceto nos casos das Bahamas, Barbados, Guiana, Haiti, Paraguai, Peru e Venezuela (República Bolivariana da). A partir de 2019, não se conta com informação sobre a República Bolivariana da Venezuela. No caso do Haiti, não há dados para 2020.

Este panorama estendeu-se em toda a região, já que somente cinco países receberam mais capitais estrangeiros em 2020 do que em 2019. Esses países são Bahamas e Barbados no Caribe, Equador e Paraguai na América do Sul e México. A queda pronunciada das entradas de IED no Brasil (-35,4%) e o aumento no México (6,6%) determinaram uma aproximação da participação de ambos os países como destino do IED que não se havia visto nos últimos anos (essa participação foi de 42% no caso do Brasil e 30% no do México). Na América Central, as entradas de IED diminuíram em todos os países. O caso mais notório nesta sub-região foi o do Panamá, que, após uma década recebendo cada vez mais investimentos, em 2020 registrou entradas negativas de capitais em todos os componentes do IED, embora o maior peso na cifra total se deva às entradas negativas correspondentes a empréstimos entre empresas. Além disso, no Caribe a queda foi bastante pronunciada (-25,5%).

Os investimentos mais afetados foram os dirigidos ao setor dos recursos naturais, que diminuíram 47,9% em relação a 2019, e os orientadas às manufaturas (-37,8%). Os investimentos em serviços tiveram uma diminuição menor (-11,0%). Assim, quase a metade das entradas de IED em 2020 se dirigiu aos serviços e o peso das manufaturas ficou em 37%, valor inferior à média da última década (39%).

Em 2020 constatou-se um menor interesse das empresas estrangeiras em adquirir ou investir em empresas já existentes, bem como em anunciar novos investimentos. As fusões e aquisições transfronteiriças, que já tinham caído em 2019, diminuíram 21% em valor e totalizaram em torno de 26 bilhões de dólares, cifra levemente superior à registrada em 2009, após a crise financeira internacional. O número de acordos mostrou uma tendência à queda desde 2015, e em 2020, após uma queda interanual de 29%, chegou ao valor mais baixo desde 2005.

A crise provocada pela pandemia, além de aprofundar a tendência à diminuição das fusões e aquisições, teve um forte efeito nos anúncios de novos investimentos. Em 2020, os anúncios de projetos caíram a níveis de meados da década de 2000, tanto em termos de quantidade (-45% em relação a 2019) como dos montantes de investimento, que se reduziram à metade do valor de 2019, totalizando cerca de 56 bilhões de dólares. Cabe destacar que é a primeira vez que uma crise mundial tem consequências no número de anúncios de projetos de investimento na região. Depois da crise financeira internacional de 2008, em 2009 as entradas de IED e as fusões e aquisições se contraíram e se recuperaram rapidamente no ano seguinte. Naquele momento, o número de anúncios de projetos não diminuiu e o montante, embora tenha diminuído 13%, se manteve em valores muito elevados (acima de 100 bilhões de dólares). Na crise de 2020, o efeito sobre as perspectivas de negócios das transnacionais foi diferente. Os anúncios de projetos caíram a valores que não se viam há mais de dez anos e o número de anúncios foi o menor desde 2007.

Depois do impacto da crise em 2020, o panorama mundial do IED em 2021 continua sendo bastante complexo. As previsões da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) indicam que neste ano espera-se um aumento entre 10% e 15%. Assim, o IED mundial chegaria a um nível 25% inferior ao registrado em 2019 (1,5 trilhão de dólares) e possivelmente haveria uma recuperação em 2022. Contudo, é importante levar em conta que a magnitude e as características da recuperação, tanto em 2021 como em 2022, dependerão do ritmo da recuperação econômica mundial, da possibilidade de recaídas no que se refere à pandemia e do efeito sobre o IED dos programas de estímulo econômico implementados pelos países, bem como das estratégias das empresas transnacionais em busca de uma maior resiliência de seus modelos de negócio e cadeias globais de suprimentos.

Na América Latina e no Caribe os anúncios de projetos de IED mostraram recuperação entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021; contudo, desse mês até maio de 2021 estaria ocorrendo uma nova queda do valor dos anúncios (veja o gráfico 2).

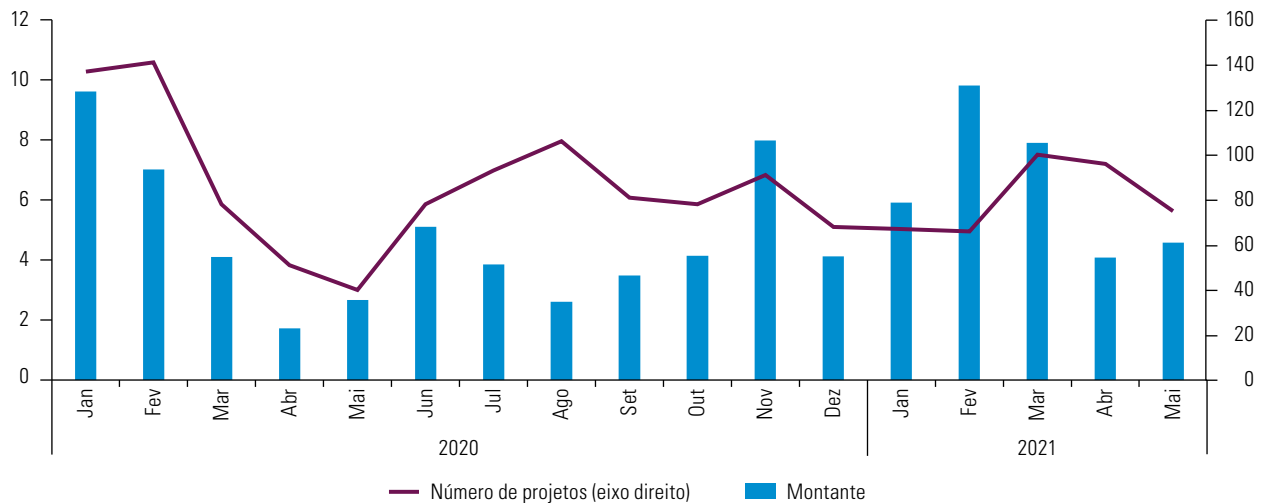
A esses elementos deve-se acrescentar que, segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o PIB apresentaria um crescimento de 5,2% em 2021. Isto significa que a região não recuperará em 2021 o nível do PIB de 2019. Num cenário deste tipo é bastante difícil pensar que as entradas de IED na região tenham um aumento superior a 5%.

A América Latina e o Caribe enfrentam desafios extremamente grandes. A recuperação econômica será parcial e, paralelamente, devido aos melhores preços das matérias-primas e ao aumento da demanda, alguns países estão reprimarizando sua economia como opção para o crescimento. Neste sentido, estaria sendo retomado um modelo econômico que não foi capaz de garantir um aumento sustentado do PIB e da produtividade ao longo do tempo.



**Gráfico 2**

América Latina e Caribe: anúncios de projetos de investimento estrangeiro direto, 2020 e janeiro a maio de 2021  
(Em bilhões de dólares e número de projetos)



**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Financial Times, fDi Markets [base de dados on-line] <https://www.fdimarkets.com/>.

Face a esta situação, é necessário encarar um profundo processo de transformação. São necessárias políticas públicas para enfrentar a pandemia e para conectar a emergência a uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade. Para isso, a CEPAL identificou oito setores nos quais poderiam concentrar-se os esforços em favor de um grande impulso para a sustentabilidade: a transição para energias renováveis, a eletromobilidade sustentável nas cidades, a revolução digital inclusiva, a indústria manufatureira da saúde, a bioeconomia, a economia do cuidado, a economia circular e o turismo sustentável.

O desafio na atualidade é maior do que no passado, devido às características e à magnitude da crise, e é necessário que o IED seja canalizado para atividades que gerem maior produtividade, inovação e tecnologia e contribuam ao desenvolvimento dos oito setores mencionados. Para que isto seja possível, os países da região devem implementar planos de reativação e transformação da produção. Ao mesmo tempo, é preciso que tanto os governos como o setor privado utilizem suas capacidades para que a política de atração de capitais estrangeiros também faça parte da política industrial como instrumento de transformação da estrutura produtiva.

## B. O investimento da China num mundo que muda: implicações para a região

Num mundo que ainda se encontra em crise devido às consequências da pandemia, a China continuou avançando no caminho para sua consolidação como potência econômica mundial. Neste processo de crescimento econômico e expansão internacional que dura pouco mais de quatro décadas, a China conseguiu impor, em parte graças à sua escala, seus próprios termos e condições no momento da abertura econômica e não teve que limitar-se estritamente às condições imperantes nas relações internacionais. Um exemplo disso é a forma como se utilizou o investimento estrangeiro direto para fechar a lacuna tecnológica.

O país é um dos principais receptores de IED no mundo, mas as condições impostas ao investimento das empresas transnacionais foram tais que permitiram obter efeitos tecnológicos benéficos e avançar na construção de capacidades locais. Por outro lado, as saídas de IED da China — inclusive Hong Kong, Região Administrativa Especial (RAE) da China — cresceram de forma sustentada e passaram de 5,5% do acervo mundial de IED no exterior em 2000 a 11% em 2020. Isso fez com que o país se convertesse na terceira origem de IED no mundo depois da União Europeia e dos Estados Unidos.

As modalidades de investimento das empresas chinesas diferem segundo a região de destino e o setor. Os investimentos em novos projetos (*greenfield*) lhes permitiram penetrar nos mercados de setores onde têm capacidades bem desenvolvidas. Por exemplo, a Iniciativa do Cinturão e Rota, que se concentra no desenvolvimento de infraestrutura e está dirigida principalmente à Eurásia e, em menor medida, à África, explica a preponderância dos novos projetos sobre as fusões e aquisições nessas regiões. Os investimentos mediante fusões e aquisições, por um lado, asseguraram o abastecimento de recursos naturais e, por outro, permitiram ao país o acesso a tecnologias de ponta através de compras em economias centrais; nesta modalidade, a Europa e a América do Norte foram os principais destinos. A América Latina e o Caribe tiveram uma participação similar como destino dos investimentos chineses em ambas as modalidades. Entre 2005 e 2020, concentrou-se na região 8,9% do montante total das fusões e aquisições realizadas por empresas da China e Hong Kong (RAE da China) e 8,1% do montante dos anúncios de projetos.

Para a América Latina e o Caribe, a importância relativa da China tem sido maior, principalmente no que se refere a fusões e aquisições. De acordo com as estatísticas oficiais do balanço de pagamentos dos países da região, a partir de 2010 iniciou-se um período de grande dinamismo no qual as entradas de IED provenientes da China começaram a superar 1 bilhão de dólares anuais e alcançaram um máximo próximo de 3 bilhões de dólares em 2011. Com este crescimento, a China chegou a representar 1,6% das entradas de IED na região em 2018, participação que ainda era baixa em comparação com a das origens tradicionais, como a União Europeia (50%) e os Estados Unidos (22%). Contudo, cabe mencionar que as estatísticas oficiais do balanço de pagamentos registram somente o capital que veio diretamente da China, subestimando a presença de empresas chinesas na região. De fato, utilizando fontes de dados complementares, identifica-se uma maior participação das empresas chinesas.

A China se situou entre os principais investidores da América Latina e do Caribe na modalidade de fusões e aquisições transfronteiriças: em 2020 foi o país cujos acordos representaram o maior montante. A participação das empresas chinesas no total das fusões e aquisições da região passou de 1,7% entre 2005 e 2009 para 16,3% entre 2015 e 2019. No caso dos anúncios de projetos, o peso das empresas chinesas no total é mais estável, e o nível máximo (6,4%) foi alcançado entre 2015 e 2019. Quanto aos setores de destino dos investimentos chineses, é possível distinguir duas fases. A primeira fase de investimentos chineses na região, que ocorreu na década de 2000 e até o início de 2010, se caracterizou por investimentos em hidrocarbonetos, mineração de metais, agricultura e pesca. Na segunda fase, a partir de 2010, começou um processo paulatino de diversificação, e as empresas chinesas começaram a investir em eletricidade, construção de infraestrutura de transporte (principalmente portos) e, em menor medida, manufatura, setor financeiro e tecnologias da informação e comunicação. Por exemplo, o investimento da China nos setores de telecomunicações e alta tecnologia aumentou nos últimos anos como reflexo da estratégia de expansão digital do país e do peso crescente de suas empresas digitais no mundo. Embora o IED da China nesses setores na região não seja de grande magnitude, a presença das empresas tecnológicas deste país como fornecedoras aumentou na América Latina e no Caribe por meio de contratos no setor da infraestrutura digital, em áreas como a tecnologia 5G e cabos submarinos, e também na criação de cidades inteligentes.

O processo de conversão da China numa potência mundial tem algumas características que o diferenciam do processo de outros países líderes. Entre essas características, encontra-se a forte presença de empresas estatais. Na América Latina e no Caribe, 82% do valor total das fusões e aquisições realizadas por empresas chinesas entre 2005 e 2020 correspondeu a empresas estatais. Além do IED, outro aspecto importante da internacionalização das empresas chinesas são os contratos de construção ou projetos de infraestrutura. Os projetos de infraestrutura através de modalidades de contratação foram utilizados particularmente no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota e constituem uma forma crescente de participação das empresas e tecnologias chinesas na região, que representou 77 bilhões de dólares entre 2005 e 2019. A fim de concretizar esses projetos, em muitos casos a China também proporciona financiamento aos governos da região. Assim, entre 2005 e 2020, a América Latina e o Caribe receberam 99 empréstimos, no total de cerca de 137 bilhões de dólares.

O processo de crescimento dos investimentos da China na região foi influenciado pelas decisões estratégicas de internacionalização do país. Assim, a mudança ocorrida nos últimos dez anos no padrão dos investimentos chineses na América Latina e no Caribe não corresponde ao processo de sofisticação tecnológica do país nem à evolução de suas empresas no mundo, já que os investimentos chineses na região continuam concentrados num pequeno número de atividades, principalmente mineração, energia e infraestrutura de transporte.

O processo de recuperação da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe é uma oportunidade de iniciar uma nova etapa nas relações econômicas com a China e elaborar políticas que assegurem que os investimentos desse país contribuam para fortalecer as capacidades produtivas dos países receptores, estabelecer vínculos com fornecedores locais, gerar emprego e promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, no âmbito das relações entre a China e a América Latina e o Caribe, impõe-se a necessidade de promover uma aproximação baseada num maior nível de cooperação regional, para que os países da região possam ter mais margem de ação na hora de definir suas políticas de investimento e comércio.

## C. Estratégias de investimento na era digital

A revolução digital está dando origem a uma nova era, caracterizada pela transformação dos modelos de consumo, negócio e produção, devido à adoção e integração combinada de tecnologias digitais avançadas, redes móveis de quinta geração (5G), Internet das coisas, computação em nuvem, inteligência artificial, análise de dados e robótica, entre outras. Atualmente, estamos transitando de uma sociedade hiperconectada para um mundo digitalizado nas dimensões econômica e social, no qual as modalidades organizacionais, produtivas e de governança da economia tradicional convivem com os modelos de negócio, produção e governança que surgem do novo paradigma tecnológico e adotam suas inovações. Neste contexto, começa a consolidar-se um novo sistema digitalmente entrelaçado no qual se integram e interatuam modelos de ambos os mundos, dando lugar a ecossistemas complexos que estão em processo de transformação organizacional, institucional e normativa.

Para interpretar e analisar o avanço da transformação digital, a CEPAL propõe um modelo conceitual de três dimensões. A primeira é a economia conectada, caracterizada pela instalação de infraestrutura de redes de banda larga e massificação do uso da Internet. A segunda é a economia digital, entendida como aquela parte da produção econômica derivada principalmente de modelos de negócio focados na oferta de bens e serviços digitais, que se acelerou intensamente com a expansão do uso das

plataformas digitais como modelos de negócio. Por último, a economia digitalizada refere-se à incorporação de tecnologias digitais (em particular, de soluções de inteligência artificial) nos modelos de produção, organização e consumo do conjunto da economia, sobretudo nas indústrias tradicionais. Estas dimensões do desenvolvimento digital estão em permanente evolução, num processo sinérgico, em que os avanços numa esfera impulsionam progressos na outra, e sistêmico, pois transforma as atividades no âmbito da sociedade, do aparelho produtivo e do Estado.

Este processo está gerando mudanças estruturais na economia mundial. O forte crescimento inicial dos setores associados à economia conectada se traduziu numa revolução das comunicações e na geração de informação e conhecimento, o que propiciou um desenvolvimento sem precedentes da economia digital. As inovações digitalmente habilitadas foram mudando de maneira radical a proposta de valor da oferta de bens e serviços em diversas indústrias — o que começou a ter efeitos disruptivos no conjunto da economia — e acelerando a incorporação de tecnologias digitais nas indústrias tradicionais. Na última década, o ecossistema digital, entendido como a soma das dimensões da economia conectada e digital, experimentou um crescimento vertiginoso. Entre 2010 e 2021, a indústria tecnológica digital aumentou sua participação no valor de mercado das 5.000 maiores empresas do mundo de 14% para 28%. No mesmo período, a participação da economia digital aumentou de 3% para 15%, enquanto a economia conectada experimentou um crescimento mais modesto, ao passar de 11% para 13%. Embora os operadores de telecomunicações tenham perdido relevância, continuam sendo essenciais para a instalação da infraestrutura digital, particularmente no caso das novas redes 5G.

A América Latina e o Caribe seguem a mesma tendência, embora com menor dinamismo. Os operadores estão reformulando suas estratégias empresariais, concentrando-se nas atividades em que apresentam mais vantagens e nos segmentos comerciais de maior valor agregado, a fim de, entre outras coisas, aproveitar as oportunidades que podem se abrir graças aos futuros investimentos, particularmente no âmbito da tecnologia 5G. Entre 2019 e 2025, preveem-se investimentos de 99 bilhões de dólares no desenvolvimento de infraestrutura de rede. Atualmente, mais de 50% das conexões totais da região contam com tecnologia 4G, enquanto a cobertura das redes 5G poderia chegar a cerca de 10% em 2025. Neste contexto, a relevância das empresas digitais na região aumentou de maneira significativa. Um exemplo destacado desta dinâmica é o espetacular aumento do valor de mercado da empresa de origem argentina dedicada ao comércio eletrônico Mercado Libre, que atualmente é a segunda empresa com maior valor de mercado da região. Isto permitiu que o investimento nos setores digitais —tanto da economia conectada como da economia digital— aumentasse sua relevância, particularmente no tocante a fusões e aquisições. Contudo, um elemento destacado e inovador da economia digital latino-americana é a importância cada vez maior do investimento de capital de risco. De fato, devido à menor maturidade relativa do setor digital da região, o investimento nas empresas da economia digital é feito cada vez em maior medida mediante capital de risco. Por último, cabe mencionar que a digitalização da economia avançou a um ritmo mais lento na região. Embora exista um elevado nível de difusão de tecnologias maduras, quando se trata de modalidades mais complexas o panorama muda radicalmente e se evidenciam lacunas significativas, especialmente nas áreas rurais e nas empresas de menor tamanho.

Por outro lado, a digitalização da economia obriga a realizar uma revisão dos marcos regulatórios e institucionais existentes. Esta necessidade evidencia-se com o aumento da influência das plataformas digitais e dos novos modelos de negócio baseados no manejo de grande quantidade de informação e nos movimentos transfronteiriços de dados. A progressiva datificação da economia, na qual as plataformas digitais ocupam um lugar central, está condicionando o comportamento da grande maioria das empresas. Neste contexto, o impacto do modelo de plataforma é mais difícil de avaliar quando se vê afetada de maneira direta a perspectiva tradicional das políticas de concorrência.

As grandes empresas tecnológicas podem exercer controle sobre as dinâmicas de mercado, especialmente através das fusões e aquisições. Neste cenário, o valor dos dados e as estratégias de preços nos mercados de dados supõem desafios importantes. Uma parte integral do valor dos dados refere-se à sua proteção e privacidade, elemento que pode se converter numa barreira de acesso significativa para as novas empresas que entram no setor. Por último, os modelos de negócio presentes na economia digital representam grandes desafios à política tributária dos países. Isto obrigou a adaptar as modalidades tributárias tradicionais, bem como a lançar iniciativas incipientes para a criação de modalidades *ad hoc* de impostos digitais, cuja presença aumentou em alguns países da região.

[www.cepal.org](http://www.cepal.org)



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org](http://www.cepal.org)



LC/PUB.2021/9